

PRECONCEITO? PRESENTE! HOMOFOBIA? PRESENTE! EDUCAÇÃO SEXUAL?

FALTOU, PROFESSOR/A

Resumo: Este estudo tem como objetivo problematizar discursos e cenas escolares acerca de práticas homofóbicas na escola, analisando de que modos a Educação Sexual contribui para a (des)construção de preconceitos e discriminações. Trata-se de um recorte de uma pesquisa qualitativa realizada em escolas públicas de dois municípios cearenses, por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes e da análise foucaultiana do discurso. Os resultados obtidos evidenciam uma carência na formação docente aliada a um fundamentalismo religioso, que dificultam abordagens socioculturais da Educação Sexual na escola e em consequência a presença marcante da homofobia, que ocorre de forma sutil ou manifesta, por meio de preconceitos e discriminações. Assim, são necessárias (in)formações, articulações entre campos de estudos, comunidades e escola, a problematização de discursos e estratégias didático-metodológicas para o reconhecimento de identidades/diferenças, visando à desconstrução da homofobia na escola.

Palavras-chave: Educação Sexual. Escola. Homofobia. Docentes.

Abstract: This study aims to problematize speeches and school scenes about homophobic practices at school, analyzing how Sex Education contributes to the (de) construction of prejudices and discrimination. This is an excerpt from qualitative research carried out in public schools in two municipalities in Ceará, through semi-structured interviews with teachers and Foucault's discourse analysis. The results obtained show a lack of teacher education combined with religious fundamentalism, which hinder socio-cultural approaches to sexual education at school and, consequently, the marked presence of homophobia, which occurs in a subtle or manifest way, through prejudices and discrimination. Thus, it is necessary (in) training, articulations between fields of study, communities, and groups, the problematization of discourses and didactic-methodological strategies for the recognition of identities / differences, aiming at the deconstruction of homophobia at school.

Keywords: Sex Education. School. Homophobia. Teachers.

Elaine de Jesus Souza¹

Eugêrbia Paula da Rocha²

Elânia Francisca da Silva³

1 Professora Adjunta do Instituto de Formação de Educadores (IFE) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe/PPGECIMA/UFS. Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. <http://orcid.org/0000-0003-3931-0025> . elaine.souza@ufca.edu.br .

2 Professora da Rede Municipal do Ceará/CE. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). <https://orcid.org/0000-0002-1459-2428> . eugerbiarochabs@gmail.com

3 Mestranda em Cinema e Narrativas Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). <https://orcid.org/0000-0003-3075-7111>. elania964@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Não é incomum nos depararmos com essas frases: “não sou homofóbico/a, mas...” e “não sou homofóbico/a, pois até tenho um/a amigo/a que é gay”, seja nas redes sociais, escola, trabalho e/ou no dia a dia, o complemento dessas frases vem acompanhado

de opiniões marcadas por uma homofobia sutil/camuflada. Partindo do pressuposto que a escola é a instituição que abriga uma grande diversidade de sexualidade, gênero, classe, etnia/raça e culturas. Torna-se paradoxal que nesse mesmo espaço social também estão presentes, de modo sutil ou manifesto, preconceitos e discriminações que compõem a

homofobia e são praticados contra a diversidade sexual. Portanto, se faz necessário (re)criar estratégias para combater a homofobia na escola e uma das formas seria a incorporação da Educação Sexual.

Nessa direção, a Educação Sexual é entendida como um campo transdisciplinar, constituído por discursos acerca de sexualidade, corpo, gênero, diversidade sexual, marcados pela cultura e por relações de poder, que instituem identidades e diferenças a partir de saberes e práticas disseminadas nos distintos espaços educativos (Souza, 2018). Desse modo, configura-se como um processo contínuo e planejado, que visa desconstruir preconceitos e discriminações contra a diversidade sexual, para além da homofobia. A diversidade sexual engloba as múltiplas expressões e vivências da sexualidade, ou seja, abrange pessoas com distintas identidades sexuais (heterossexuais, homossexuais, bissexuais, assexuais) e de gênero, como travestis e transexuais – transgêneros (Louro, 1997). Diante disso, quando o/a sujeito/a expressa ou vivencia suas identidades de uma forma diferente da heteronormatividade, que consiste em legitimar a heterossexualidade como a norma compulsória e naturalizada pela sociedade, subtende-se que ele/a rompeu um padrão social, automaticamente passando a receber punições (Louro, 2009).

A homofobia presente no espaço escolar é denominada *bullying* homofóbico, engloba uma “pedagogia do insulto” disseminada por meio de brincadeiras, jogos, piadas, apelidos pejorativos, humilhações, ameaças, mecanismos que têm o poder de silenciamento, dominação simbólica, normalização, marginalização e exclusão da diversidade sexual no espaço escolar (Louro, 1997; Prado; Junqueira, 2011). Tais “pedagogias do insulto” ocasionam diversas consequências na vida dos/as jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais e Assexuais/Agênero (LGBTQIA+), pois, costumam ser mais ou menos tolerada pela família, escola e por outros espaços sociais.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como principal objetivo: problematizar discursos e cenas escolares acerca de práticas homofóbicas na escola, analisando de que modos a Educação Sexual contribui para a (des)construções de preconceitos e discriminações.

EDUCAÇÃO SEXUAL VERSUS PRECONCEITOS E HOMOFOBIA PRESENTES NA ESCOLA

Em História da Sexualidade I: A vontade de saber, Michel Foucault (2015) compreende a sexualidade como um dispositivo histórico marcada por valores específicos

determinados pela sociedade que era composta por burgueses, capitalistas e industriais. Argumentava sobre a produção de uma multiplicidade de discursos acerca da sexualidade, a conjugação do saber, poder e prazer articulada aos conhecimentos religiosos e científicos, disseminando valores econômicos e políticos, por meio de práticas e técnicas.

Embora tentem negar, instituições socioeducacionais, como a escola e a universidade, são propagadoras de discursos acerca de sexualidade e outras temáticas da Educação Sexual, embora, muitas instituições socioeducacionais. A escola é uma das que mais reproduz marcadores culturais de poder-saber como formas de governar os corpos, e assim, propagar padrões a serem seguidos por todos/as os/as, silenciando a existência da homossexualidade e a supervalorizando a heterossexualidade. Embora, usualmente, a escola funcione como um espaço de propagação de preconceitos e discriminações que são os principais meios das práticas homofóbicas, tal instituição deveria acolher múltiplas identidades/diferenças, sendo um espaço sociocultural de aprendizagem, preservação dos direitos humanos e exercício da cidadania, permitindo uma interação entre pessoas de diferentes etnias, culturas e identidades sexuais e gênero (Junqueira, 2009).

Os mecanismos propulsores da homofobia abrangem as raízes históricas e socioculturais de violências (físicas e/ou psicológicas) sofridas por pessoas que divergem da heteronormatividade. Esta lógica binária, biologicista e determinista estabelece regulações e normas acerca dos modos de ser e de vivenciar a sexualidade. Assim, delimita apenas duas possibilidades de enquadramento das pessoas com relação à anatomia sexual: feminino/fêmea ou masculino/macho, embasando-se numa “coerência natural” entre sexo-gênero-sexualidade (Petry; Meyer, 2011). Dessa forma, “a heteronormatividade é concomitante a todas as doutrinações impostas pela sociedade, ou seja, tudo o que se tem a ser seguido como comportamento normal.” (Rodrigues, Corpes; Rocha, 2015, p.51). Para Foucault (2005), a normalização constitui um dos principais mecanismos de poder, operando para disciplinar os corpos. Junqueira (2009) ressalta que a normalização das práticas homofóbicas ocorre devido à omissão, negação e ocultamento dessas violências por parte da sociedade, família e da comunidade escolar. Tal lógica heteronormativa, sustenta um quadro preocupante de violências contra jovens e adultos/as LGBTQIA+ no ambiente escolar.

Para o processo de desconstrução das práticas homofóbicas, Koehler (2009, p.602) enfatiza, que o/a professor/a “precisa ver-se

enquanto um protagonista fundamental nas relações da escola, enquanto sujeito capaz de intervir e transformar”. Visto que o/a docente se torna uma peça-chave para que ocorra essa ruptura, pois estão diretamente ligados/as ao desenvolvimento social dos/as estudantes. De fato, a instituição escolar deveria criar condições de possibilidades para (des)construir preconceitos e discriminações que marcam as identidades sexuais e de gênero. Junqueira (2009) salienta que a falta de atenção das políticas públicas voltados para o combate a homofobia nos campos institucionais, sociais e culturais corrobora para uma estabilidade da homofobia nesses campos.

PRESENCAS METODOLÓGICAS

Esse estudo constitui um recorte de uma pesquisa qualitativa mais abrangente realizada em 2019 nas escolas públicas dos municípios de Brejo Santo-CE e Porteiras-CE, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas gravadas, transcritas e analisadas com base na análise foucaultiana do discurso. As pesquisadoras utilizaram um roteiro de

perguntas (acerca da Educação Sexual e homofobia) para nortear as entrevistas, produzindo o material empírico com informações, experiências e relatos de oito docentes, sendo dois do gênero feminino e seis do gênero masculino, de diferentes disciplinas: Matemática, Química, Física, Biologia/Ciências, Português e Educação Física, História e Geografia.

Cabe salientar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética¹ da instituição proponente, posto que, seguimos todos os procedimentos éticos. Nas entrevistas foram utilizados nomes fictícios para os/as participantes e cada um/a assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando com a participação voluntária na pesquisa. Na sequência foram realizadas as transcrições e análise do discurso de acordo com as principais falas dos/as professores/as.

É importante traçar o perfil dos/as docentes participantes dessa pesquisa, apresentando marcadores sociais e identitários, como: gênero, religião, tempo de atuação na Educação Básica e disciplinas ministradas. Conforme mostra o quadro a seguir:

¹ O projeto de pesquisa “Educação Sexual, sexualidade e gênero na escola em uma perspectiva sociocultural” foi aprovado pelo Comitê de Ética, portanto informamos que o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética/CAAE é 21861219 0 0000 5698 com número de parecer 3.672.498.

Quadro 1: Perfil dos/as Participantes das entrevistas semiestruturadas

Nome fictício do/a participante	Identidade de gênero	Religião	Tempo de atuação na Educação Básica	Disciplina que ministra
Roberto	Masculino	Católica	09 anos	Geografia e História
Jany	Feminino	Católica	04 anos	Matemática e Ciências
Edna	Feminino	Católica	22 anos	História e Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas sociais (NTPPS)
Gustavo	Masculino	Católica	04 anos	Matemática e Ciências
Sandy	Feminino	Católica	22 anos	Português
Fábio	Masculino	Católica	3 anos	Matemática e Física
Paulo	Masculino	Católica	24 anos	Português
Alisson	Masculino	Católica	12 anos	Biologia e Matemática
Anderson	Masculino	Católica	23 anos	Biologia
Rogério	Masculino,	Católica	10 anos	Educação Física.

Fonte: Entrevistas realizadas pelas autoras da pesquisa, 2019.

Em relação à análise foucaultiana do discurso, Fischer (2001) enfatiza que, para Foucault o discurso possui uma história. Assim o/a investigador/a busca as condições para determinar a existência do próprio discurso e não “o que está por trás e nem o que queria dizer”. Foucault (2008, p. 144) destaca: “O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história [...]”. Dessa forma, a análise foucaultiana do discurso instiga um exercício de capturar enunciados que constituem linguagem, saberes, práticas e relações de poder presentes no discurso, observando o contexto sociocultural no qual o/a participante encontra-se inserido/a. Nesse caminho, apresentaremos as principais problematizações a partir dos discursos referentes à homofobia no ambiente escolar,

observando de que modos a incorporação (ou não) da Educação Sexual possibilita (des)construir tais preconceitos e discriminações.

HOMOFOBIA NA ESCOLA: “DESCONSTRUIR É A PALAVRA DE ORDEM AGORA, NÉ?”

Após descrever as falas dos/as docentes, buscamos problematizar discursos e práticas homofóbicas na escola, observando de que modos a Educação Sexual contribui para a (des)construção de preconceitos e discriminações. Inicialmente, a partir da seguinte questão: Vivemos em uma sociedade tradicionalista, machista e homofóbica presa aos tabus. Você como educador/a quando se

depara com situações de preconceitos e discriminações, tanto em sala, como em outras dependências da escola, como articula seus conhecimentos para amenizar e/ou desconstruir esses preconceitos?

Nesse cenário, os enunciados evidenciam (des)crenças e dificuldades recorrentes que impedem a desconstrução e/ou mesmo a tentativa de amenizar situações de preconceitos e homofobia em sala de aula e mais ainda fora dela. Jany destaca que: “*Essa homofobia não aparece na sala de aula em palavras, é no desprezo, na indiferença, na exclusão é na falta de atitude humana com aquela pessoa que se autodeclara homossexual*” (Profa. de Geografia, 11/11/2019), essa fala nos remete ao que diz Louro (2018, p.53) “Desprezar o sujeito homossexual era (e ainda é), em nossa sociedade algo “comum”, “compreensível”, “corriqueiro”. Em contradição à lógica da escola como espaço inclusivo permeado pela diversidade e de exercício da cidadania, vale questionar:

[...] como pode um currículo escolar excluir deliberadamente uma identidade por considerá-la inferior e negativa (a homossexual), se ela é fundamental para a consolidação da identidade normativa (a heterossexual)? Como pode a Educação discursar sobre sua importância nos processos de combate às desigualdades sociais, na busca pela proclamada cidadania plena, se o seu currículo não oferece

aos/às alunos/as e aos/às professores/as as representações de todas as identidades – inclusive as suas? (FurlaniI, 2011, p.38).

A escola constitui um dos primeiros espaços de encontro sistemático com a diversidade humana (sexual, de gênero étnico-racial, estética, econômica, sociocultural...). Logo, uma convivência recíproca com as múltiplas identidades/diferenças deveria ser enriquecedora, entretanto, predominam-se atritos, disputas de visões de mundo, interesses, anseios e projetos individuais e/ou de grupos, que culminam em uma série de práticas contra a diversidade, principalmente a diversidade sexual (Ramires, 2011). Por outro lado, a escola possui a função social de promover a cidadania e reduzir a instabilidade social dos/as jovens, sendo considerada “um *locus* privilegiado de valorização da diversidade de expressões de sexualidade” e de gênero (Marcon; Prudêncio; Gesser, 2016, p.292).

A partir do seguinte enunciado: “*homofobia é uma coisa comum, é fato que sempre vai estar presente na sociedade*” (Edna, Profa. de História, 13/11/2019), cabe problematizar que tais discursos tentam nos fazer “acostumar” com preconceitos e discriminações, ao considerarem habituais e imutáveis. A homofobia é (re)produzida histórica e socioculturalmente, justamente por ser naturalizada, normalizada e banalizada,

conseguindo manter-se quase “despercebida” na escola. Porém, existem casos extremos em que ela se torna bastante visível, embora muitos/as professores/as ainda omitam sua existência, seja por receio de conflitos, falta de conhecimentos, questões religiosas e/ou culturais. Tais práticas se alastram, principalmente, devido a um padrão heteronormativo, determinando o silenciamento da diversidade sexual. Para Lionço e Diniz (2008, p.312) “O silêncio é a estratégia discursiva dominante, tornando nebulosa a fronteira entre heteronormatividade e homofobia”.

Sobre as práticas homofóbicas na escola, o docente Gustavo enuncia “*já cheguei a ensinar a alunos homossexuais, e presenciei todos os tipos de preconceitos que podiam acontecer*” (Prof. de Matemática, 13/11/2019). Segundo o dicionário crítico de gênero escrito por Colling e Tedeschi (2019), a homofobia não se restringe somente a violência física, posto que também compreende a violência verbal e psicológica, que ocorrem através de preconceitos, discriminações, exclusões, agressões, xingamentos, humilhações, insultos e/ou atitudes, fazendo com que o sujeito se enxergue pertencente a “fala” a ele proferido.

Outra fala que costuma ser reproduzida: “*se você é homossexual, não precisa se vestir de mulher... Não precisa mudar as roupas,*

mudar o cabelo, carregar a bandeira LGBT, porque hoje vemos que tem várias pessoas que são homossexuais que não mudaram sua essência” (Gustavo, Prof. de Matemática, 13/11/2019), tais ditos estão alicerçados em discursos essencialistas e fundamentalistas, categorizando quem é homossexual conforme seu modo de vestir-se e comportar-se. A tentativa arbitrária de atribuir às identidades sexuais (hetero, homo e/ou bissexual) um caráter essencialista pautado no determinismo biológico, reitera representações estereotipadas que disseminam uma naturalização simplificadora e alienante, delimitando identidades sexuais (e de gênero) como fixas, a-históricas, aculturais e universais. Esse pensamento reveste de invisibilidade um universo plural e dinâmico que vai além de oposições binárias heterossexual/homossexual (SECAD, 2007).

Em continuidade, o docente acrescenta “*quero que os alunos me respeitem, não porque sou professor, respeitem porque sou homem igual a eles*” (Gustavo, Prof. de Matemática, 13/11/2019), essa frase reitera discursos essencialistas, heteronormativos, machistas, sexistas e misóginos, ao destilar o ocultamento do feminino e da homossexualidade. Tal enunciado se baseia na veiculação de uma linguagem cotidiana que costuma ocultar o feminino, Louro (1997) nos provoca a

problematizar a linguagem sexista, por exemplo, ao utilizar a palavra “homem” para se referir a pessoas do gênero masculino e feminino, observamos uma invisibilização não somente do feminino como também dos/as homossexuais.

Para Lessa (2011), o sexismo consiste em uma ideia de hierarquização, onde o feminino seria subordinado ao masculino considerado o padrão e a referência social. Acontece que na escola existem indivíduos com diferentes identidades, experiências e construções, o que nos leva a questionar o significado de “ser homem” ou “ser mulher”. Pois, não existe apenas um único jeito *correto* de “ser”, mas múltiplas possibilidades de “tornar-se” homens e mulheres. Brita e Maio (2016) apontam a necessidade de que todos/as os/as profissionais da educação multipliquem seus olhares e suas lentes para enxergar a existência das diferentes formas de vivenciar e expressar masculinidades e feminilidades.

A fala do professor Rogério, “*tenta conversar com os pais pra ver se muda tudo isso, trazer os pais à escola pra ver se muda*” (Prof. de Educação Física e de Núcleo Pesquisa e Práticas, 19/11/2019), evidencia a necessidade de uma cooperação entre a escola e família para, efetivamente, desconstruir a homofobia. Nesse rumo, destaca-se a pluralidade de indivíduos e arranjos que a compõem a estrutura familiar

(pai, mãe, filho/a, irmão, irmã, tios/as, avós, avôs, primos/as, casais hétero e/ou homo, mãe/pai solo...) sem esquecer a participação de outras entidades como religião, mídia, grupos de amigos/as e as redes sociais.

Em continuidade, o docente acrescenta que: “*Normalmente os pais nunca vem, quem vem é a mãe e a mãe tenta dá uma explicação, a coitada da mãe vem, mas é complicado mudar isso a questão da homofobia*” (Rogério, Prof. de Educação Física, 19/11/2019). Nesse contexto, a falta da presença paterna na escola é tida como “normal” perante a comunidade escolar. Pois, existe um pensamento social de que a representação familiar na escola é “dever” das mães, sendo cabível ao pai a função de sustentar financeiramente a família, o que torna evidente o sexismo. Junqueira (2009) adverte que tanto a escola, quanto a família constituem instituições heteronormativas, onde ocorre a propagação de uma masculinidade hegemônica considerada o padrão ideal, corroborando com preconceitos e discriminações contra à diversidade de identidades sexuais e de gênero.

Ainda sobre a tentativa de amenizar e/ou desconstruir esses preconceitos, os professores Fábio e Rogério, respectivamente, responderam: “*essa questão cultural é muito forte [...] você deve trabalhar diariamente e esperar resultado a longo prazo*” (Prof. de Matemática e Física, 18/11/2019); e “é

complicado mudar isso, a questão da homofobia, [...] nas aulas da disciplina de núcleo também trata muito sobre homofobia, machismo, direitos humanos” (Prof. de Educação Física, 19/11/2019). Tais docentes sinalizam que a homofobia é (re)produzida socioculturalmente desde a família até a escola e demais espaços, salientando a dificuldade de desconstruir tais práticas. Essa visão implica em reconhecer a importância da incorporação da Educação Sexual como um campo (trans)disciplinar em todos os âmbitos sociais, de modo contínuo e sistemático, sobretudo na escola. Embora, a homofobia pareça enraizada, é passível de desconstrução, por meio de (in)formações, disciplinares curriculares e diferentes estratégias didático-metodológicas, favorecendo a problematização e desconstrução de discursos, saberes e práticas essencialistas e fundamentalistas que menosprezam a diversidade sexual.

Quando a docente Edna adverte: *“toda escolha tem uma consequência, boa e ruim [...] na sexualidade, o que você escolher vai ter consequência, você tem condições psicológicas para arcar?”* (Profa. de História, 13/11/2019), leia-se, “escolheu ser homossexual, sofra/aguente as consequências”, ao evidenciar uma visão reducionista de “escolha” ou “opção sexual”, tais enunciados carregam preconceitos, que pressupõem modos de assujeitamento

alicerçados em discursos universalistas e essencialistas acerca das identidades sexuais e de gênero. De forma paradoxal, os ditos do docente Paulo sinalizam um posicionamento contrário à ideia de “opção sexual”, mas supõe a sexualidade como algo inato, determinado ao nascer, a saber: *“ser hétero não foi uma opção minha, eu já nasci assim, então pode ter pessoas que já nasceram homossexuais”* (Prof. de Língua Portuguesa, 18/11/2019).

Nessa perspectiva, problematizamos o conceito de diversidade como algo fixo e que naturaliza a diferença e a identidade, pois questionamos os mecanismos e as instituições, inclusive a escola, implicadas nos processos de produção de diferenças como justificativa para preconceitos, exclusões e desigualdades sociais. A diversidade não constitui um fato, um atributo ou uma coisa que poderia simplesmente ser “escolhida” e/ou modificada de forma voluntária, mas representa o resultado de um processo relacional, histórico e discursivo envolvido na produção da diferença (Silva, 2014).

Ademais, a professora Edna indaga: *“Desconstruir é a palavra de ordem agora, né?”* (Profa. de História, 13/11/2019), em um tom mais assertivo que interrogatório. Tal dito marcado por contradições que compõem discursos fundamentalistas defensores de uma suposta “ordem sexual”, isto é, da

heteronormatividade. Tais discursos corroboram com a banalização de práticas homofóbicas na escola, principalmente quando expressas de modo sutil, por meio de linguagens machistas, sexistas e misóginas. É como se reiterassem: como assim “desconstruir” o que está posto, naturalizado e determinado? Por que insistem em “desconstruir” a norma heterossexual/padrão heteronormativo?

Apoiada em Derrida, Louro (2018, p. 39) explana que “desconstruir um discurso implicaria minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma.” Em consonância, a desconstrução constitui um processo que visibiliza contradições e ambiguidades, possibilitando questionar e desestabilizar discursos universalistas e essencialistas envolvidos na negação das identidades/diferenças e dimensões de sexualidade e gênero como construções socioculturais (Furlani, 2011).

Essa dificuldade de reconhecer as dimensões da Educação Sexual como construções, e, portanto, passíveis de desconstruções, evidencia que, em muitos cursos de formação docente e, também nas tradições familiares, existe uma carência de (in)formações sistemáticas acerca desse campo transdisciplinar. Furlani (2007) alerta que como consequência temos “uma soma dos modelos de

disciplinamento, censura e conservadorismo de diversos discursos sociais, quer sejam eles religiosos, midiáticos, jurídicos, médicos, governamentais, escolares” (Furlani, 2007, p13). Em acepção a tal carência formativa, o docente Paulo salienta: “*Preconceitos geralmente são frutos de ignorância, então a melhor arma contra o preconceito é apresentar o verdadeiro conhecimento das coisas*” (Prof. Língua Portuguesa, 18/11/2019). É evidente a necessidade de uma formação docente inicial e continuada que discuta as diversas temáticas socioculturais da Educação Sexual, seja por meio de disciplinas e/ou de forma transdisciplinar, perpassando distintos campos de saber, visando uma educação na/pela e para a diversidade.

A partir de abordagens socioculturais, a Educação Sexual na/pela/e para a diversidade engloba os seguintes pressupostos formulados por Junqueira (2009): “*educação na diversidade*” enfatiza uma perspectiva de inclusão do “outro”, assegurando o pertencimento igualitário a todos/as em distintos cenários socioculturais; “*educação pela diversidade*” visa evidenciar as potencialidades pedagógicas oportunizadas pela própria diversidade; e “*educação para a diversidade*” salienta o reconhecimento e a problematização dos modos de produção de diferenças marcadas por relações de poder.

O “PREÇO” QUE SE PAGA POR SUAS “ESCOLHAS”? E QUAL SERIA O “PREÇO” DO PRECONCEITO?

Ao solicitar que aos/as professores/as que descrevessem cenas e/ou vivências escolares acerca da Educação Sexual, as respostas abrigam convergências e/ou divergências, ressaltando a presença do preconceito e da homofobia na escola. Além disso, tiveram relatos de vivências que outros/as docentes lhes contaram.

Ao mencionar a temática da Educação Sexual na escola, notamos que alguns/mas docentes remetem ao rótulo “ideologia de gênero”, a exemplo das falas de Jany e Alisson, respectivamente: “Acabaram dizendo que a professora estava querendo embutir a ideologia de gênero” (Profa. de Geografia, 11/11/2019); “pais foram para a rede social dizer que a escola estava trabalhando essa questão de ideologia de gênero” (Prof. de Biologia e Matemática, 19/11/2019). Paraíso (2016) explana que os grupos reacionários criadores da “ideologia de gênero” almejam eliminar as temáticas gênero e sexualidade das instâncias educacionais, visando controlar o currículo e práticas docentes que assumem posicionamentos políticos, sobretudo ao reivindicarem uma suposta “neutralidade” na

educação escolar. Junqueira (2017) acrescenta que, “ideologia de gênero” não corresponde ao campo de Estudos de Gênero e de Sexualidade, muito menos dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Ao contrário, representa um dispositivo originado por práticas fundamentalistas e antifeministas, que visam barrar a conquista de direitos, atingindo principalmente grupos de LGBTQIA+, mulheres e étnico-raciais; assim como a todos/as que reconhecem a multiplicidade de identidades e diferenças presentes nos espaços sociais, como a escola.

Ademais, capturamos o seguinte enunciado em relação ao nome social: “*temos alunos que vêm caracterizados, maquiados, se autodefinem, quer ser chamado com nome feminino e tem resistência dentro da sala de aula*” (Jany, Profa. de Geografia, 11/11/2019). O artigo 3º da Lei João W. Nery: Lei de Identidade de Gênero (5002/2013), autoria da deputada federal Erika Kokay (PT-DF) e do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ): “Toda pessoa poderá solicitar a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem registradas na documentação pessoal, sempre que não coincidam com a sua identidade de gênero auto-percebida” (BRASIL, 2013, p.01). Qualquer pessoa maior de 18 anos poderá solicitar a mudança de nome em qualquer cartório do Brasil apresentando a documentação

exigida, pois a lei propaga a autodefinição do sujeito em relação ao seu corpo. Nessa direção, a escola deveria ser uma das primeiras instâncias, além da família, a reconhecer esse direito de mudança de nome das pessoas trans e, principalmente acolher a diversidade sexual.

Ao utilizar o termo “*caracterizado*”, a docente Jany parece estar se referindo às mudanças no corpo, nas vestimentas que ocorrem com muitas pessoas após a autoaceitação, justamente por expressarem sua identidade de gênero perante a sociedade. Embora o termo homofobia possa ser empregado de forma abrangente para se referir aos preconceitos e discriminações com os indivíduos e grupos LGBTQIA+, nesse caso, trata-se da transfobia, ou seja, preconceitos, discriminações e violências físicas (inclusive, homicídios) direcionados especificamente aos transgêneros (JESUS, 2012). De acordo com o Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) “No ano de 2019, foram confirmadas informações de 124 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 121 Travestis e Mulheres Transexuais e 3 Homens Trans” (Benevides & Nogueira, 2020, p.22). Esse mesmo estudo aponta que o Ceará aparece em segundo lugar no *ranking* dos estados

brasileiros onde mais ocorreram assassinatos de pessoas trans no ano de 2019.

Os/as jovens travestis e transexuais são os principais alvos do *bullying* homofóbico, tendo como consequências reações de agressividade, conflitos que podem ocasionar a expulsão ou a evasão escolar, pois dificilmente estes/as alunos/as conseguem terminar seus estudos devido às inúmeras violências e discriminações sofridas, sendo praticamente obrigados/as a abandonar a escola. Posto que, diferente de jovens gays e lésbicas, transgêneros não conseguem esconder sua diferença, e assim tornam-se alvos mais visíveis dessa violência escolar (DINIS, 2011). Por não conseguirem se conformar à “pedagogia do armário”, transgêneros ficam expostos às piores formas de desprezo, humilhações, chacotas, abusos, exclusões e várias práticas violentas (Prado; Junqueira, 2011). Sendo necessária uma intervenção de docentes e gestão escolar, bem como, implementação de políticas públicas que possibilitem melhorar a convivência entre esses/as jovens, propagando o reconhecimento das identidades/diferenças sexuais e de gênero que permeiam a escola.

Na fala da docente Edna, evidenciamos enunciados que insistem em negar a homossexualidade e para tanto adotam as mais inusitadas justificativas, por exemplo, de ordem psicológica: “[...] A maioria dos homossexuais

é uma carência paterna ou materna [...] aí querem encontrar no mesmo sexo, em alguém que dê atenção, que dê amor, algo que não teve do pai ou da mãe” (Profa. de História, 13/11/2019). Nessa visão, notamos uma tentativa de explicar as supostas “causas” da homossexualidade, ao associá-la a uma “carência”, como se resultasse de uma falta/privação de afeto e amor paterno e/ou materno; ou ainda costuma-se considerar que os/as adolescentes por vivenciarem uma série de dilemas e conflitos internos, experimentam relações afetivas-sexuais com pessoas do mesmo sexo como uma forma de fuga, rebeldia e/ou indecisão.

Nesse sentido, embora não reconheça a identidade sexual da aluna, a professora se refere a jovem lésbica como “*uma menina complicada, perdida, não sabe o que quer da vida*” (Edna, Profa. de História, 13/11/2019). Em detrimento, precisamos, enquanto docentes, problematizar tais discursos que insistem em negações, explicações causais deterministas, biologicistas e/ou psicológicas acerca da homossexualidade e outras identidades não heterossexuais, posto que, estes constituem mecanismos de poder que tentam silenciar e enclausurar a diversidade sexual. Não se trata de delimitar causas e/ou efeitos, mas de investir na desconstrução de preconceitos pautados em essencialismos e normatizações, tanto na

escola, quanto na família. Para Junqueira (2009, p. 371), “[...] é necessário reter que há razões éticas suficientemente sólidas para se exigir o devido reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, sem que seja necessário lançar mão de argumentos de ordem naturalizante”.

Silva Júnior (2010) ressalta que a instituição familiar patriarcal propaga a heteronormatividade desde a infância, pais e mães impõem a heterossexualidade aos filhos/as como única forma de exercer sua sexualidade negando a diversidade sexual, o que gera consequências nocivas na vida destes/as jovens homossexuais. Toledo e Teixeira Filho (2013) apontam que a aceitação e o reconhecimento familiar possuem uma contribuição significativa, devido ao seu vínculo amoroso que permite ao sujeito autoaceitação, revelação e vivências homossexuais. Dessa forma a homofobia familiar constitui a forma mais agravante de preconceito e discriminação que a maioria dos/as jovens vivenciam.

Esses preconceitos costumam estar alicerçados em discursos religioso-fundamentalistas, a exemplo da fala do docente Gustavo: “*Em termos de religião, Deus... condena seu pecado, você pode ser homossexual [...] tudo que você estiver fazendo de errado, se tu parar agora [...] tem grande chance de se salvar. Lembrando que você tem*

que pagar os preços dos seus pecados” (Prof. de Matemática, 13/11/2019). Tais enunciados compõem discursos do fundamentalismo cristão e do essencialismo, baseados na crença de uma interpretação literal de livros sagrados, ou seja, pregam dogmas bíblicos como forma de normalizar a sexualidade cisgênera e heterossexual. Para religiões de ordem fundamentalista, a homossexualidade continua sendo renegada, condenada como pecado, desvio, “algo errado” e/ou até como “doença”, tanto que ainda costumam utilizar o termo “homossexualismo”, legitimando muitas pessoas a propagarem a homofobia usando textos sagrados como justificativa para cometer esse tipo de crime (Nascimento, 2015). O discurso fundamentalista propaga uma incessante vigilância da sexualidade e de corpos: “É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. [...]” (Foucault, 2014, p.181).

Ao adentrar na escola e demais espaços educativos, a concepção religiosa-fundamentalista de que a homossexualidade seria um *pecado* a ser punido traz graves consequências na vida de indivíduos, que acabam internalizando a homofobia e acreditando que precisam buscar a solução do

“problema”. Entretanto, ainda que a religião seja constituída por dogmas, sempre haverá integrantes que não se enquadram e recusam a segui-los, sobretudo quando se trata da sexualidade. Nesse contexto, a presença de homossexuais na comunidade religiosa indica uma possibilidade de desconstruir preconceitos por meio da interação e do (re)conhecimento das diferenças (Ribeiro; Scorsolini-Comin, 2017).

Ademais, o docente Gustavo relata a seguinte cena escolar: “*um professor era homossexual e os alunos pegaram uma camisa e fizeram um pênis com um tamanho exagerado e colocaram na mesa do professor*” (Prof. de Matemática, 13/11/2019). Essa narrativa evidencia o *bullying* homofóbico que esse docente sofreu em sala de aula em decorrência de um preconceito que impede o reconhecimento de qualquer identidade sexual destoante do padrão heteronormativo. Para Louro (2000), ao (re)produzir a heteronormatividade, a escola constitui uma das instituições mais difíceis de assumir a homossexualidade, pois nela só seria permitido um tipo de relacionamento com alguém do sexo oposto, negando a homossexualidade e demais identidades sexuais e de gênero.

Quando uma professora enfatiza “*a resistência*” dos/as estudantes trans na sala de aula, vale refletir que, o reconhecimento da

diversidade sexual e a inclusão das temáticas da Educação Sexual nos currículos escolares pressupõem resistências e “[...] processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá – políticos no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle.” (SCOTT, 1995, p. 98). Ou seja, a inclusão curricular da Educação Sexual seria marcada tanto por representações hegemônicas de sexualidade e gênero, quanto por estratégias de resistência e incessante luta frente às naturalizações, oposições binárias e violências contra indivíduos e grupos destoantes do padrão heteronormativo. Como Foucault (2015, p.104) argumentava “[...] pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder”. Nessa ótica, “A resistência abre espaços, abre caminhos, cria possibilidades. A resistência cria um re-existir, ou seja, um existir de um outro modo.” (Paraíso, 2016, p. 389). Em contraponto a discursos fundamentalistas e essencialistas presentes na escola, que deixam marcas nas vidas de jovens LGBTQIA+ e dificultam o reconhecimento da diversidade sexual, defendemos a incorporação de abordagens socioculturais da Educação Sexual.

EDUCAÇÃO SEXUAL: PRESENTE OU AUSENTE NA ESCOLA?

Para Furlani (2008, p.286), a Educação Sexual se faz presente, sobretudo ao constituir “os currículos escolares, os livros didáticos e paradidáticos, os sujeitos escolares”. Entretanto, a ausência de abordagens contínuas e planejadas em sala de aula notifica que a Educação Sexual se manteve por muito tempo “silenciada” no ambiente escolar, o que corrobora com a manutenção do senso comum, bem como, de preconceitos e discriminações (Furlani, 2008). Ainda que não oficializada no currículo, esse campo transdisciplinar de alguma forma é presença marcante na escola, pois todos/as que compõem a comunidade escolar, são sujeitos sexuados e generificados, com múltiplas vivências acerca de sexualidade, corpo e gênero.

Nesse sentido, foi questionado aos/as docentes: Como trabalhar as temáticas da Educação Sexual na escola, sabendo que em decorrência dos valores familiares, religiosos, culturais, os/as alunos/as possuem diferentes níveis de conhecimento acerca do assunto? Os/as docentes relatam diversos empecilhos para a abordagem da Educação Sexual na escola, dentre estes destacam-se o receio de interferir nos valores religiosos e/ou tradicionais da família, ao discutir essas temáticas consideradas polêmicas.

Nesse prisma, o docente Paulo enuncia: “é um tema espinhoso, esse é um tema polêmico

e malvisto por várias pessoas, sejam de famílias tradicionais, seja por conceitos religiosos mais arcaicos” (Prof. Língua Portuguesa, 18/11/2019). Ao utilizar os termos “espinhoso”, “polêmico” e “malvisto”, notamos uma alusão à Educação Sexual como um campo marcado por temas controversos, problemáticos, difíceis de serem discutidos em sala de aula, pois evidenciaria visões negativas acerca de identidades/diferenças, desagradando propagadores/as de discursos fundamentalistas que defendem “a família tradicional brasileira”.

Ao analisarmos os enunciados proferidos pelos docentes Fábio e Paulo, observamos um sincronismo entre esses ditos, sobretudo ao destacarem a família como a principal instituição ligada à abordagem da Educação Sexual, sinalizando uma visão apoiada em discursos tradicionais e moralistas, que usualmente englobam tabus e preconceitos. Nesse rumo, seria uma abordagem moral-tradicional que defende uma Educação Sexual restrita à família, baseada no desencorajamento do controle reprodutivo e com fortes marcas da homofobia. Essa abordagem, pautada em valores, costumes e crenças religiosas-conservadoras, costuma pregar a castidade antes do casamento e censurar informações fundamentais sobre sexo, sexualidade e da anticoncepção, bem como pressupõem a existência de “papéis sexuais” tradicionais e até

defendem uma educação (sexual) separada de meninos e meninas (Furlani, 2011).

Quando a docente Edna enuncia: “*a vivência ali vai dizendo; o normal é isso e o anormal é isso*” (Profa. de História, 13/11/2019), justificando que o/a professor/a deveria ser neutro/a, apresentando somente os conceitos de forma didática, para não interferir nos valores familiares, que já determinariam “*o que é certo e o que é errado*”. A preocupação com o “certo e/ou errado”, ou como disse Foucault, “a separação entre o verdadeiro e o falso”, ainda que não pareça arbitrária no interior de um discurso, remete à busca por uma “verdade única e legítima” que objetiva encontrar “provas” em determinado campo de saber.

Ao empregar o binarismo normal/anormal, a docente aciona uma rede discursiva baseada no processo de normatização, que, para Foucault, se refere à instauração de normas que buscam homogeneizar indivíduos e/ou grupos por meio da comparação, diferenciação e regras. Ou seja, da valorização de determinadas condutas, em detrimento de outras, estabelecendo hierarquias e legitimando relações de poder. Nesse pensamento, “o conceito de normalização refere-se a esse processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações” (Castro, 2016, p. 309). Tal processo constitui um modo de

exercer o poder veiculado por campos de saber, como a medicina, psicologia, biologia, que colocam em funcionamento estratégias e mecanismos de normatização. Assim, a partir da produção do normal, a “[...] norma é que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanta a uma população que se quer regulamentar” (Foucault, 2005, p. 302).

Foucault (2015) argumenta sobre uma heterogeneidade de discursos (religiosos, pedagógicos, biológicos, senso comum, psicológicos, médicos...) que instigaram a construção de campos estratégicos para desenvolvimento e manutenção de um dispositivo de sexualidade (e acrescentamos de corpo e gênero) supostamente vinculado a mecanismos de repressão e dominação. No entanto, a “revolução” do sexo possibilitou um deslocamento tático desse dispositivo, que permitiu questionar essa interdição e reconhecer um investimento discursivo acerca das relações de poder-saber que atravessam o sexo e a sexualidade. Nesse raciocínio, podemos falar em um “dispositivo da Educação Sexual”.

A teorização foucaultiana sobre discurso e poder torna-se produtiva para pensar de que modos, ao longo do tempo, a Educação Sexual tem sido incorporada nas instituições sociais, principalmente na escola, como um dispositivo regulador e prescritivo constituído por processos discursivos que delimitam o modo

como deveriam ser vivenciados prazeres e desejos sexuais. Reconhecer a Educação Sexual como um dispositivo implica problematizar a rede de relações estabelecidas entre seus elementos que, em determinado momento histórico e sociocultural, teve por função estratégica responder a uma urgência, por exemplo, controlar a gravidez em jovens e prevenir Infecções Sexualmente Transmissíveis/IST/Aids, estabelecendo prescrições por meio de abordagens biologicistas.

Em consonância com a fala do docente Gustavo: “*prevenir doenças, prevenir aborto, gravidez indesejada*” (Prof. de Matemática, 13/11/2019). O uso repetitivo da palavra “*prevenir*” como forma de justificar a presença da Educação Sexual na escola, atrelando-a à reprodução, IST e gravidez. Foucault (2015) já ressaltava que a sexualidade, ao longo do século XIX, foi atrelada aos discursos da anatomia e/ou fisiologia. Então, essas racionalidades científicas contribuíram para limitá-la a dimensão sexual e reprodutiva, ao ponto de inscrevê-la em dois campos de saber: “[...] uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas.” (Foucault, 2015, p. 61).

Além disso, os ditos de Gustavo e de outros/as professores/as indicam que a abordagem da Educação Sexual deveria ocorrer “*de um modo puramente científico*” (Prof. Matemática, 13/11/2019). Esse campo transdisciplinar ao ser constituído pelas dimensões de sexualidade, corpo e gênero excede os limites de uma ilusória universalidade científica. Tais dimensões, pressupõem analíticas e relações de poder que extrapolam os níveis orgânicos do corpo, vão além dos campos da Anatomia e Fisiologia, uma vez que, invadem domínios sociais, culturais e políticos. Contudo, ao entremear as relações pautadas em variadas estratégias de poder-saber, caberia investir em um exercício de problematização de discursos científicos e/ou do senso comum que produzem “regimes de verdade” acerca de sexualidade e gênero. A Educação Sexual vai “além do biológico”, posto que não abrange somente abordagens científicas, mas principalmente vivências de indivíduos e grupos (estudantes, professores/as, pais, mães...) com distintas identidades e diferenças, entremendo relações entre os conhecimentos biológicos e a cultura, história, política e o contexto social.

Sobre a importância de discutir as temáticas da Educação Sexual por meio de argumentos coerentes, é enunciado: “*quando se trata da sexualidade e dessa questão de gênero*

é uma variante dos valores da sociedade” (Anderson, Prof. Biologia, 19/11/2019), justamente por isso torna-se imprescindível ir além dos saberes científicos. Assim, faz-se urgente enxergar a pluralidade de vidas marcadas por diferenças que precisam ser respeitadas, reconhecidas e ter seus direitos assegurados na escola e em todas as instâncias sociais, inclusive na família e religião, para expressar suas identidades e vivenciar as dimensões de sexualidade, corpo e gênero com liberdade e equidade.

Em relação à inclusão das temáticas da Educação Sexual na escola, respectivamente os docentes Alisson e Rogério relataram o desenvolvimento de seminários, projeto, disciplina eletiva e palestras com psicólogos/as: “*Fizeram alguns seminários falando sobre sexualidade, mudanças no corpo, questões de adolescência*” (Prof. de Biologia e Matemática, 19/11/2019); “[...] *é o projeto de maior sucesso aqui na escola, porque atingiu o jovem com as discussões, é um projeto em que eles querem saber o que é que o jovem pensa com relação a isso e eles absorvem*” (Prof. de Educação Física, 19/11/2019). A Educação Sexual não deveria ser resumida a palestras eventuais e/ou “semanas da diversidade”, embora a presença de psicólogos/as e outros/as profissionais na escola poderia contribuir para o reconhecimento da diversidade sexual, salientamos a relevância

de abordagens contínuas e sistemáticas. Nesse horizonte, a Educação Sexual marcaria presença na escola a partir de disciplinas e projetos inter/transdisciplinares, que favoreçam parcerias entre a comunidade escolar e universidade, visando o engajamento entre docentes e discentes, a disseminação de (in)formações sobre sexualidade, corpo e gênero, compartilhamento de experiências sobre identidades/diferenças e o desenvolvimento de ações didático-metodológicas que, efetivamente, contribuam para a desconstrução de preconceitos e discriminações que constituem a homofobia.

CONCLUSÕES PRESENTES

A presença da homofobia e, em contrapartida, a “ausência” da Educação Sexual na escola nos instiga problematizar, enquanto educadores/as, sobre nossos olhares, saberes, as práticas e perspectivas na sociedade e o quanto podemos contribuir para a (in)visibilidade de indivíduos e/ou grupos destoantes do padrão heteronormativo. Independente de nossas identidades sexuais e/ou de gênero, todos/as nós experienciamos a diferença e sentimos o gosto amargo de preconceitos e discriminações em algum momento de nossas vidas, principalmente na escola. Para desestabilizar a homofobia, precisamos assumir que

constituímos uma sociedade marcada por classificações e exclusões daqueles/as que não se enquadram em “modelos” hegemônicos. Tornar visíveis esses grupos e suas múltiplas vozes envolve lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, nessa intenção, insistimos na presença, contínua e sistemática, da Educação Sexual nos currículos escolares e acadêmicos, visando desconstruir preconceitos e discriminações acerca de sexualidade, corpo e gênero.

Diante da análise dos discursos, evidenciamos o quanto essa carência da Educação Sexual nos cursos de licenciatura e em consequência nas escolas, reforça a disseminação de práticas homofóbicas alicerçadas em essencialismos e fundamentalismos, usualmente naturalizadas no contexto (social) escolar. A carência da Educação Sexual na formação docente, ocasiona uma dificuldade de compreender os principais conceitos desse campo como constructos socioculturais, o que reflete na falta de embasamento científico para abordar as temáticas sexualidade, corpo e gênero em sala de aula. Essa carência formativa alia-se a presença do fundamentalismo religioso nas escolas e nas representações dos/as próprios docentes, assim práticas homofóbicas costumam ser naturalizadas em nome de preceitos dogmáticos.

Abordar essa temática na escola não é fácil, uma vez que demandaria dos/as professores/as repensar crenças, tabus e normatizações para reconhecerem a multiplicidade de expressões e vivências dos/as alunos/as. Nesse caminho, são necessários investimentos em (in)formações acerca das temáticas da Educação Sexual, articulações entre distintos campos de estudos, alianças entre comunidades e grupos sociais, bem como o questionamento de discursos e a reinvenção de estratégias didático-metodológicas que incitem a familiarização com as identidades/diferenças, o estranhamento e combate da homofobia na escola.

Nesse olhar, salientamos a importância de incorporar a Educação Sexual nos currículos escolares e acadêmicos por meio de abordagens socioculturais de sexualidade, corpo, gênero, identidades/diferenças em diferentes contextos e faixas etárias. Para que a Educação Sexual favoreça a (des)construção da homofobia e todas as formas de preconceitos e discriminações que dificultam o reconhecimento social e o exercício igualitário dos direitos humanos, buscando englobar toda a comunidade escolar e familiar. Quem sabe, assim, nós educadores/as possamos iniciar nossas aulas, fazendo uma chamada diferente: Preconceito? Ausente! Homofobia? Ausente!

Educação Sexual? Sempre presente, professor/a!!!

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.
- BRASIL. Câmara Dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5002/2013, de 20 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.
- BRITA, I. M; MAIO, E. R. Por uma escola sem homofobia: problematizações pedagógicas. *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016**. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- COLLING, A. M; TEDESCHI, L. **A. Dicionário crítico de gênero**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em revista**, p. 39-50, 2011.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, p. 197-223, 2001.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42a. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade do saber**. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FURLANI, J. Educação sexual: quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular. **Perspectiva**, v. 26, n. 1, p. 283-317, 2008.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Autêntica, 2011.

JESUS, J. G. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012.

JUNQUEIRA, R. D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009. cap.16, p. 367-454.

JUNQUEIRA, R. D. Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária—ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. **Debates**

contemporâneos sobre educação para a sexualidade, p. 25-52, 2017.

KOEHLER, S. M. F. A representação social da homofobia na cidade de Lorena/SP. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 28, p. 587-604, 2009.

LESSA, P. Escolas em luta contra a lesbofobia, a homofobia e a transfobia. *In*: SIMILI, I. G. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Maringá: Eduem, 2011. p.117-128.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 307-324, dez. 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2000.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e Homofobia. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009. cap. 03, p.85-93.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Autêntica, 2018.

NASCIMENTO, L. Qual ideologia de gênero?. **Albuquerque: revista de história**, v. 7, n. 13, p. 85-100, 2015.

PARAÍSO, M. A. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade:

algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

PRADO, M. A. M.; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**, p. 51-72, 2011.

RAMIRES, L. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 131-140, 2011.

RIBEIRO, L. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos. **Psicologia & sociedade**, v. 29, 2017.

RODRIGUES, J. R. B. *et al.* Homofobia e educação: por uma política de diferença no currículo. **Revista Marupiíra**, v. 2, p. 47-65, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SECAD, C. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Ministério da Educação**. Org. HENRIQUE, Ricardo, 2007.

SILVA JÚNIOR, J. A. **Rompendo a mordaza**: representações de professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 2010.

SILVA, T. T. *et al.* A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2014.

SOUZA, E. de J. **Educação sexual “além do biológico”**: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA FILHO, F. S. Homofobia familiar: abrindo o armário ‘entre quatro paredes’. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 65, n. 3, p. 376-391, 2013.